

ICP 0024.15.017332-6

TERMO DE COMPROMISSO PRELIMINAR

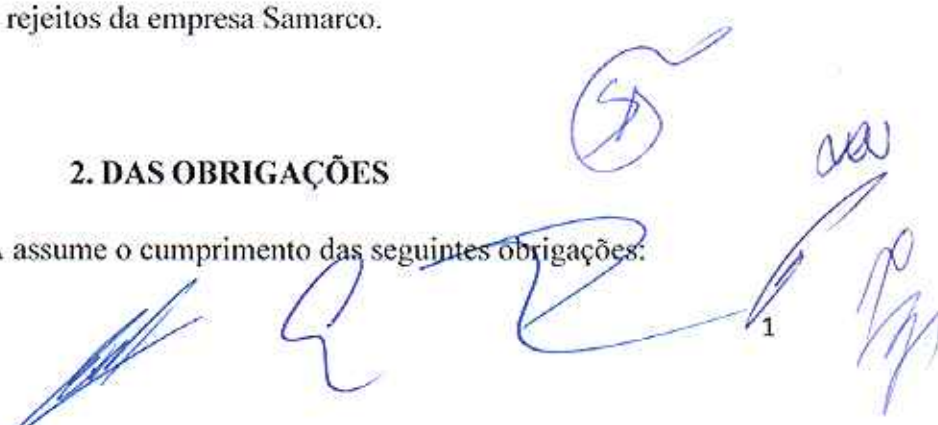
Aos 30 dias do mês de novembro de 2015, por um lado o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio dos Promotores de Justiça ao final assinados, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e de outro, a **SAMARCO MINERAÇÃO S/A.**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 16.628.281/0003-23, com sede na Mina Germano, s/n, Zona Rural de Mariana/MG, por seus representante ao final assinados, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, no bojo dos autos do Inquérito Civil em epígrafe, considerando a assinatura do Termo de Compromisso Preliminar assinado pelo COMPROMITENTE, o Ministério Público Federal e a COMPROMISSÁRIA, em 16 de novembro de 2015, cujo objeto é o estabelecimento de caução socioambiental para garantia de custeio de medidas preventivas emergenciais, mitigatórias, reparadoras ou compensatórias, sejam elas ambientais ou socioambientais, decorrentes do rompimento das barragens de rejeitos sob responsabilidade da COMPROMISSÁRIA na Comarca de Mariana; celebram, com fundamento no art. 5º, §6º da Lei 7.347/1985 o presente **TERMO DE COMPROMISSO PRELIMINAR**, conforme cláusulas seguintes:

1. OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Compromisso Preliminar a adoção de medidas emergenciais mínimas objetivando a preservação do patrimônio cultural sacro existente nas localidades de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira, afetados pelo rompimento da barragem de rejeitos da empresa Samarco.

2. DAS OBRIGAÇÕES

A COMPROMISSÁRIA assume o cumprimento das seguintes obrigações:



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left, a circled 'G' in the center, and several other initials on the right.

- 1) Estabelecer, no prazo de dez dias, contato com a Arquidiocese de Mariana, a fim de planejar e executar as medidas previstas neste Termo de Compromisso.
- 2) Contratar, no prazo de dez (dez) dias, equipe de arqueólogos para realização de monitoramento permanente de todas as atividades desenvolvidas nas localidades de Bento Rodrigues, Gesteira e Paracatu, com mobilização imediata, bem como elaboração no prazo de 15 (quinze) dias, de projeto de resgate de bens desaparecidos.
- 3) Remeter mensalmente ao Ministério Público os relatórios de monitoramento arqueológico.
- 4) Realizar capacitação prévia para todos os operários envolvidos nas atividades desenvolvidas nas localidades de Bento Rodrigues, Gesteira e Paracatu, a fim de esclarecer sobre a existência de bens culturais na área e sobre os procedimentos de prevenção de danos que devem ser adotados.
- 5) Comunicar imediatamente ao Ministério Público e à Arquidiocese de Mariana o achado de qualquer bem cultural remanescente dos templos religiosos objeto deste acordo.
- 6) Em relação às Capelas de São Bento e Nossa Senhora das Mercês (Bento Rodrigues), Santo Antônio (Paracatu) e Nossa Senhora da Conceição (Gesteira), protegidas como patrimônio cultural municipal, uma vez (i) autorizado pela Defesa Civil e (ii) viabilizado o acesso de pessoas e equipamentos a essas localidades:
 - a) Estruturar, no prazo de 10 (dez) dias, barreira física (tapume) no perímetro do imóvel com o objeto de prevenir a ocorrência de furtos e ações de vandalismo;
 - b) Contratar equipe técnica habilitada (integrada, pelo menos, por engenheiro, arquiteto e conservador-restaurador) para realizar diagnóstico estrutural e dos elementos artísticos da edificação, bem como a atualização do inventário da edificação e dos bens móveis e integrados, apresentando relatório ao Ministério Público no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, com indicação das medidas técnicas a serem adotadas, com cronograma de execução;

- c) Estruturar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, em parceria com a Arquidiocese de Mariana, a reserva técnica do Museu de Arte Sacra de Mariana, a fim de assegurar condições adequadas de guarda e armazenamento das peças sacras que para lá foram levadas;
- d) Estruturar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, plano de restauração, a ser executado por meio de equipe técnica com reconhecida *expertise* na área, integrada por conservadores-restauradores das peças sacras e bens integrados dos templos;
- e) Efetuar o ressarcimento dos valores abaixo, referentes a honorários técnicos da equipe responsável pelos levantamentos nos imóveis objeto deste acordo, no prazo de 15 (quinze) dias.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ 209710570001-45, BANCO DO BRASIL S/A, AG 1615-2 – CONTA CORRENTE 6167-0 – Nos termos da Resolução PGJ 91/2004.	R\$ 12.176,12
CENTRO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa - FUNDEP Banco do Brasil - Agência 1615-2 - Conta 480109-1-5677017	R\$ 12.000,00

3. PENALIDADES

- 1) O não cumprimento das obrigações aqui assumidas pela COMPROMISSÁRIA nos prazos fixados, implicará no pagamento de multa diária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que será revertida para o FUNEMP.

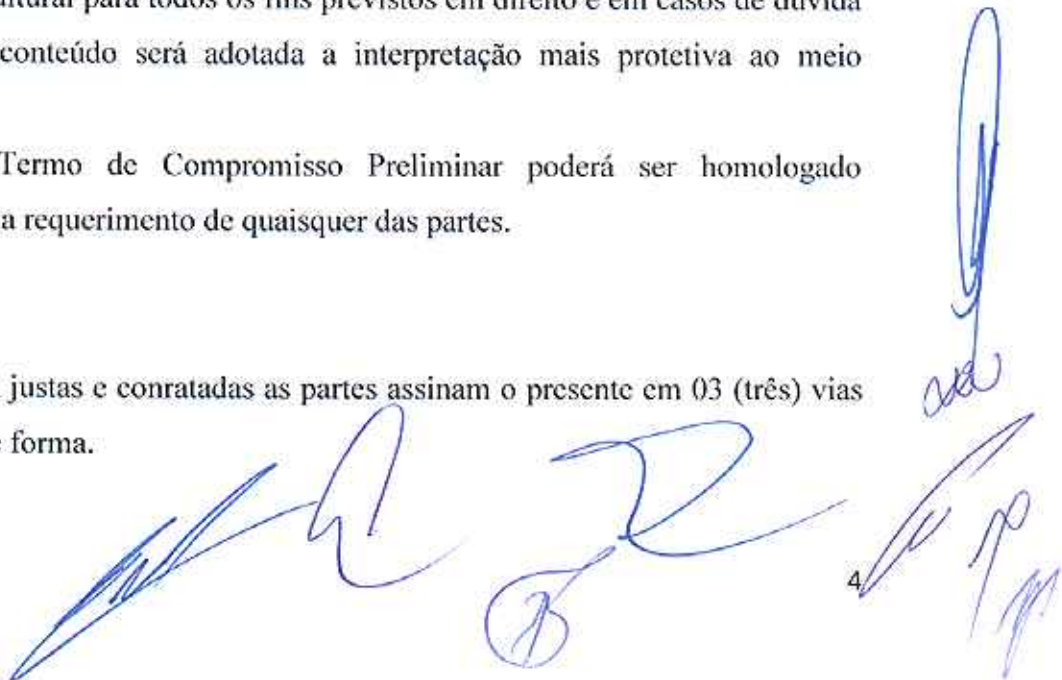


Parágrafo único. A aplicação das penalidades prevista no caput se dará observada a ampla defesa e o contraditório, com o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, e não afasta a execução específica das referidas obrigações, na forma prevista na legislação aplicável.

4. DAS CLÁUSULAS GENÉRICAS

- 1) Este acordo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão, nem limita ou impede o exercício por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares, em especial a aplicação de sanções administrativas decorrentes do exercício do poder de polícia, independentemente do presente compromisso.
- 2) Este compromisso produzirá efeitos legais a partir de sua celebração, e terá eficácia de título executivo extrajudicial, inclusive com relação às cominações de multa, na forma dos arts. 5º, § 6º, da Lei 7347/85 e 585, VII, do Código de Processo Civil.
- 3) O presente Termo de Compromisso Preliminar trata exclusivamente de obrigações de fazer emergenciais e não compreende qualquer tipo de medida compensatória, com exceção da restauração a ser realizada de acordo com o plano de restauração a ser delineado pela COMPROMISSÁRIA.
- 4) As obrigações aqui assumidas são consideradas como de relevante valor ambiental e cultural para todos os fins previstos em direito e em casos de dúvida sobre o seu conteúdo será adotada a interpretação mais protetiva ao meio ambiente.
- 5) O presente Termo de Compromisso Preliminar poderá ser homologado judicialmente a requerimento de quaisquer das partes.

E por estarem justas e conratadas as partes assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma.



Belo Horizonte, 30 de novembro de 2015.




Antônio Carlos de Oliveira

Promotor de Justiça de Defesa do Meio
Ambiente e Patrimônio Cultural de Maria



Andréa de Figueiredo Soares

Promotora de Meio Ambiente da Comarca
de Belo Horizonte



Carlos Eduardo Ferreira Pinto

Promotor de Justiça

Coordenador Geral das Promotorias de
Justiça de Meio Ambiente por Bacias
Hidrográficas



Marcos Paulo de Souza Miranda

Promotor de Justiça

Coordenador da Promotoria Estadual de
Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico
de Minas Gerais



Felipe Faria de Oliveira

Promotor de Justiça

Coordenador das Promotorias de Justiça de
Defesa do Meio Ambiente das Bacias dos
Rios Jequitinhonha e Mucuri



Mauro da Fonseca Ellovitch

Promotor de Justiça

Coordenador de Meio Ambiente das Bacias
dos Rios das Velhas e Paraopeba

Thiago Fernandes de Carvalho


Promotor de Justiça de Defesa do Meio
Ambiente e Patrimônio Cultural de Ponte
Nova

**COMPROMISSÁRIA
SAMARCO MINERAÇÃO S/A**



Leonardo Sarlo Wilken

Representante Legal da Samarco Mineração S/A



Maury de Souza Júnior
Diretor de Projetos e Eficiência

